

## **Educação inclusiva – relato de caso com entrevista e relatório**

Autor: Dr. Elionai Dias Soares

Professor de OMF / Anatomia Humana – Cesmac / AL

Curso: Licenciatura em Educação Física – Claretiano / SP

elionaisoares@gmail.com

@soaresbikefit

O presente trabalho foi pautado em 2 etapas:

### **1ª ETAPA:**

Entrevista realizada com um coordenador de uma escola municipal de Educação Básica. A escola possui alunos público-alvo da educação especial frequentando as classes comuns. Um roteiro foi seguido para realizar a entrevista.

### **2ª ETAPA:**

Após realizar a entrevista, houve análise de cada resposta do entrevistado à luz da Resolução CNE/ CEB N2/2001 (BRASIL, 2001). Ao analisar as respostas, foi verificado o quanto a escola tem atendido à legislação que orienta a organização da educação inclusiva, principalmente à Resolução CNE/CEB N2 (BRASIL, 2001) e aos pressupostos teóricos tratados na disciplina. Além disso, verificou-se, também, se a escola está garantindo as condições para que o aluno público-alvo da educação especial tenha acesso ao conhecimento e possa avançar academicamente.

Por fim, foi observado se a escola demonstra compromisso com o direito do aluno público-alvo da educação especial a uma educação de qualidade. Na sequência, foi elaborado um relatório, com as conclusões da análise. As conclusões foram fundamentadas nos dados disponibilizados pelo entrevistado e na Resolução CNE/CEB N2/2002.

## **1ª ETAPA – ENTREVISTA REALIZADA**

**1) Quantos alunos público-alvo da educação especial frequentam a escola que você coordena?**

**Resposta:** Incluindo os alunos com transtornos de aprendizagem, a escola atende uma base de 18 alunos com Necessidades Especiais.

**2) Quais as necessidades educacionais que eles apresentam (deficiência física, auditiva, visual, intelectual, altas habilidades ou condutas típicas)? Como eles estão distribuídos nas diferentes classes e séries? Por exemplo, um aluno com surdez no 6º ano, um com deficiência intelectual no 2º ano e assim por diante.**

**Resposta:** Necessidades especiais atendidas: TEA (Transtorno Espectro Autismo); TOD (Transtorno Obsessivo Desafiador); Dislexia; Coágulo Cerebral; TDAH; Hiperatividade; Discalculia com Déficit de Aprendizagem e atenção; e Atraso no Desenvolvimento Cognitivo. Os alunos são distribuídos de acordo com a idade referente ao ano escolar em que a idade corresponde, sendo que todos são acompanhados por mediadores e dependendo de suas necessidades têm o currículo adaptado para sua aprendizagem.

**3) A escola, a partir da inserção do(s) aluno(s) público-alvo da educação especial nas classes comuns, realizou mudanças na sua forma de organização no que se refere à organização curricular, às práticas pedagógicas desenvolvidas em sala de aula, aos recursos didáticos utilizados, aos recursos e instrumentos de avaliação, à organização do espaço, entre outros aspectos? Se sim, descreva detalhadamente quais as mudanças que têm sido implementadas para atender aos alunos com necessidades educacionais especiais.**

**Resposta:** Sim. Foram construídas rampas, pois temos alunos que apresentam dificuldade para se locomover. Alguns anos escolares apresentam Currículos adaptados, práticas pedagógicas que favoreçam a inclusão, atendimento e participação efetiva dos alunos especiais atendidos, elaboração de materiais didáticos recicláveis para melhor acompanhamento e aprendizagem dos atendidos e também a forma de avaliação desses alunos.

**4) Você enquanto coordenador(a) da escola, realizou algum curso ou tem recebido alguma formação específica acerca da inclusão de alunos público-alvo da educação especial? Se sim, como foram esses cursos e/ou formação? Informe, adicionalmente, se eles foram propostos pela rede pública ou se procurou por iniciativa própria.**

**Resposta:** Sim. Fiz especialização em Psicopedagogia, participei de alguns cursos relacionados a Educação Especial e, além disso a SME oferece um Coordenador de Educação Especial que nos auxilia na prática pedagógica para os alunos atendidos, assim como a orientação para os mediadores que com eles trabalha. Além das reuniões mensais/semanais que nos são oferecidas.

**5) A rede municipal ou estadual na qual você atua como coordenador(a) conta com um setor responsável pela educação especial? Se sim, esse setor tem promovido o apoio à inclusão, garantindo recursos humanos, materiais e financeiros que viabilizem o atendimento de qualidade aos alunos com necessidades educacionais especiais nas classes comuns, tal como prevê legislação? Explique e dê exemplos.**

**Resposta:** Sim. Além de oferecer reuniões mensais de apoio às dificuldades, dúvidas e legislação recentes, a SME (Secretaria Municipal de Educação), também oferece aos alunos um trabalho de reforço em contraturno, em salas multifuncionais com profissionais especializados e SAPEC (Serviço de Atendimento Psicoeducacional Especializado), também com profissionais na área.

**6) A escola tem implementado flexibilizações e adaptações curriculares que considerem o significado prático e instrumental dos conteúdos básicos, metodologias de ensino e recursos didáticos diferenciados tendo em vista as necessidades educacionais apresentadas pelos alunos público-alvo da educação especial, tal como prevê a legislação, especialmente o Artigo 8 da Resolução CNE/CEB N2/2001 (BRASIL, 2001)? Explique e dê exemplos.**

**Resposta:** Sim. Por exemplo se o aluno não apresenta condições de leitura, escrita e compreensão pedagógica devido a necessidade apresentada, o Currículo é adaptado para Educação Infantil, com materiais didáticos adequados ou dependendo do nível educacional que o aluno esteja, suas atividades serão todas adaptadas, mesmo que o aluno permaneça em um Ano Escolar que não esteja de acordo com seu desenvolvimento cognitivo ou seja, normalmente fica no Ano Escolar relacionado à sua idade.

**7) Como os alunos público-alvo da educação especial têm sido avaliados?**

**Resposta:** Uns por relatórios semanais, outros de acordo com desenvolvimento apresentados em atividades específicas trabalhados com o mediador, outros em avaliações bimestrais normais, pois a escola recebe alunos que acompanham o desenvolvimento da turma mesmo com sua especialidade, trabalhos, testes, avaliações orais e em grupos.

**8) Os sistemas de ensino, nos termos da Lei 10.098/2000 e da Lei 10.172/2001, devem assegurar a acessibilidade aos alunos que apresentem necessidades educacionais especiais mediante eliminação de barreiras arquitetônicas urbanísticas, bem como barreiras nas comunicações, na edificação e nos transportes escolares, incluindo instalações, equipamentos e mobiliário provendo, assim, as escolas dos recursos humanos e materiais necessários (BRASIL, 2001). A escola, sob sua coordenação, está garantindo acessibilidade aos alunos público-alvo da educação especial? Explique e dê exemplos.**

**Resposta:** Sim. Foram construídas algumas rampas para acessibilidade, foram adquiridos mobiliários adequados e tudo que possa garantir mais facilidade no desenvolvimento especializados dos alunos atendidos.

**9) Os professores das classes comuns da escola que você coordena receberam alguma formação específica para atender aos alunos público-alvo da educação especial? Se sim, que tipo de formação? Tal formação foi promovida pela rede ou foi o próprio professor que a buscou por iniciativa própria?**

**Resposta:** No momento o professor das classes comuns não tem recebido nenhuma formação advinda da Sede da SME, porém, a própria escola tem oferecido informações e suporte por meio da Orientação Pedagógica e Educacional. Além da Formação que o próprio professor toma iniciativa de buscar.

**10) Visando à organização da educação inclusiva, em sua opinião, o que precisa ser melhorado na sua escola?**

**Resposta:** Mais acessibilidade, não só com rampas e materiais áudio-visuais adequados, mas também com recursos pedagógicos que facilitem o trabalho de toda comunidade escolar.

## 2ª ETAPA – RELATÓRIO CONCLUSIVO DE ANÁLISE

A entrevista com a professora responsável pela Orientação Pedagógica e Educacional do colégio municipal onde trabalha foi muito produtiva, na medida em que se observa consonância com o texto base estudado de Campos et al (2013) e Mazzota (2005) e, sobretudo, com a Resolução CNE/ CEB N2/2001 (BRASIL, 2001). Logo de princípio, desperta a atenção a diversidade de necessidades educacionais especiais atendidas pela escola com o grupo de 18 alunos. Conforme relatou a professora coordenadora, no presente momento há a identificação de transtorno espectro autismo, transtorno obsessivo desafiador, dislexia, coágulo cerebral, TDAH, hiperatividade, discalculia, déficit de aprendizagem / atenção e atraso no desenvolvimento cognitivo. Assim, verifica-se a preocupação da escola em cumprir o que reza o artigo 2, ao instituir que cabem “[...] às escolas organizar-se para o atendimento dos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos”.

De igual forma, podemos observar a orientação estabelecida no artigo 3 em “apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns”, quando a professora alega que em alguns anos escolares os currículos são adaptados, a fim de proporcionar adequação às práticas pedagógicas, favorecendo a inclusão, atendimento e participação efetiva dos alunos especiais atendidos. Também se observa a preocupação com a elaboração de materiais didáticos concernentes para melhor acompanhar aprendizado dos atendidos, inclusive, com adequação dos processos de avaliação.

Pelo exposto, não há dúvidas sobre o compromisso da escola com o direito do aluno público-alvo da educação especial a uma educação de qualidade, com foco na inclusão socioeducativa, na acessibilidade, na disponibilidade de materiais audiovisuais adequados e, sobretudo, aos recursos pedagógicos integrados buscando facilitar o trabalho de toda comunidade escolar. Por fim, também constatamos o cumprimento do artigo 8, que chama a atenção para o preparo profissional do corpo docente envolvido no processo de inclusão e aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais, conforme relato de que a própria escola tem oferecido informações e suporte por meio da orientação pedagógica e educacional, além da formação que o próprio professor toma iniciativa de buscar.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto no 7.611 de 17 de novembro de 2011. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm)>.

Acesso em: 19 abr. 2019.

\_\_\_\_\_. Política nacional da educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>>.

Acesso em: 19 abr. 2019.

CAMPOS, J. A. P. P.; PEDROSO, C. C. A.; ROCHA, J. C. M. Fundamentos da Educação Inclusiva. Batatais: Claretiano, 2013.

MAZZOTTA, M. J. S. Educação especial no Brasil: história e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 2005.